

A criação da ALADA e os desafios ao Programa Espacial Brasileiro

**Roteiro para apresentação em
AUDIÊNCIA PÚBLICA CREDN/ CCTI da CÂMARA DOS DEPUTADOS**

27/11/2024

Ronaldo Gomes Carmona

Professor de Geopolítica, Escola Superior de Guerra (ESG)

Professor do Mestrado em Engenharia Aeroespacial,
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Assessor da Diretoria de Inovação da FINEP
(Financiadora de Estudos e Projetos), vinculada ao MCTI.

Gostaríamos de contribuir na presente sessão com três questões:

1. A CRIAÇÃO DA ALADA FORTALECE PROGRAMA ESPECIAL BRASILEIRO, UMA NECESSIDADE ESTRATÉGICA DE PRIMEIRA GRANDEZA PARA O PAÍS DADA A CRESCENTE IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES ESPECIAL NA ERA CONTEMPORÂNEA.

O Brasil precisa ter programa especial condizente com seu porte geopolítico e econômico. Para isso, é preciso aumentar a capacidade de mobilização de recursos públicos e privados voltados a questões críticas do programa especial, sobretudo aquelas relacionadas às nossas maiores vulnerabilidades, tais como:

- Dependência de sinal de GNSS (o “GPS”) estrangeiro, que em situações críticas, pode ser denegado;
- Dependência de satélites meteorológicos estrangeiros (questão que deverá ser parcialmente sanada com o CBERS-5);
- Dependência de redes de satélites de comunicações estrangeiros, tipo “Starlink”;

- Dependência, por parte do Estado brasileiro, da compra de imagens de satélites estrangeiros para monitoramento do território brasileiro, nos quais são gastos centenas de milhões de reais anualmente.

2. EM 2023 E 2024, O BRASIL, POR MEIO DA FINEP E DO MCTI, COM RECURSOS DO FNDCT, REALIZOU EXPRESSIVOS INVESTIMENTOS NO SETOR ESPACIAL

Primeiro, pela contratação, junto a Indústria Espacial brasileira, do desenvolvimento de satélite óptico de altíssima resolução (sub-métrica, 0,75), com recursos da ordem de R\$ 220 milhões. O SAT-VHR estará finalizado até 2026.

Ainda na área de satélites, cabe mencionar os dois satélites CBERS, o 6 e o 5, em cooperação com a China, e o Amazonia 1-B, em desenvolvimento pelo INPE.

Segundo, no enfrentamento do grande desafio estratégico de conquistar autonomia no acesso ao espaço. Busca-se enfrentar esse desafio por meio de quatro iniciativas:

Com os projetos VLPP (Veículo Lançador de Pequeno Porte), um contratado por consórcio liderado pela empresa CENIC e outro pela empresa AKAER, com investimentos de R\$ 370 milhões em subvenção econômica, com prazo de entrega até 2026;

O projeto R.A.T.O. (“Rocket Assisted Take Off”, em português, *decolagem assistida por foguete*), um veículo lançador projetado para colocar em órbita nosso veículo hipersônico, o 14-X, em desenvolvimento pela FAB. O contrato para o desenvolvimento, junto a empresa Equipaer/MacJee, é de R\$ 93 milhões em subvenção econômica;

Por fim, foi recém aprovado na diretoria da FINEP na última segunda-feira (25/11), o projeto VLM-AT (Veículo Lançador de Microssatélites – Autonomia Tecnológica), que busca desenvolver tecnologias críticas nas quais dependemos do

exterior. São recursos para o IAE no montante de R\$ 133 milhões de subvenção econômica, no âmbito do Programa de Promoção de Autonomia Tecnológica na área de Defesa Nacional.

3. O PRINCIPAL ATIVO ESTRATÉGICO (OU INFRAESTRUTURA CRÍTICA) ESPACIAL QUE A ALADA DEVERÁ GERIR SERÁ O CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA. HÁ GRANDES DESAFIOS ASSOCIADOS AO CENTRO ESPACIAL DE ALCANTARA

Cabe destacar o recente acordo assinado pela presidente Lula no sentido de equacionar antiga disputa fundiária relacionada a área onde se encontra o CLA, no último dia 19 de setembro, com a concessão de titulação a 3.350 famílias.

Porém, efetivamente, *há uma redução expressiva da área disponível para lançamentos*. No futuro, o país terá que buscar uma solução para o lançamento de veículos lançadores de maior porte, visto que atualmente a estrutura resultante do acordo fundiário só permite lançadores das classes 1 e 2.

Por fim, precisamos persistir na ideia que o entorno de Alcântara poderá ser, efetivamente, um segundo (ou novo) polo aeroespacial brasileiro. Afinal, é um grande desafio estratégico nacional, na área espacial, como define a ESTRATEGIA NACIONAL DE DEFESA, buscaremos estabelecer um segundo polo da Indústria Espacial brasileira.

Todos as grandes infraestruturas aeroespaciais de classe mundial – como Alcântara ambiciona ser –, transbordam desenvolvimento para seu entorno. Vide, por exemplo, o Centro de Lançamento de Kourou, na “Guiana francesa”. No caso de Alcântara, ao contrário, temos um dos mais baixos IDH do país.

Fica o desafio de constituir uma grande infraestrutura de pesquisa no Maranhão em suporte a atividade espacial, que consiga mobilizar a tríplice hélice, que inclua um polo tecnológico-industrial e o fortalecimento da área de engenharia aeroespacial já estabelecida na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Muito obrigado.